



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* –

SECADI/MEC

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE
CULTURAL - EEDH

JOSÉ JEORGE OLIVEIRA

TRABALHANDO AS DIFERENÇAS E A INCLUSÃO DE
ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, SEGUNDO A
PERCEPÇÃO DE SEUS DIREITOS SOB A PERSPECTIVA DOS
DIREITOS HUMANOS.

Orientadora: Msc. Cândida Beatriz Alves

Brasília/DF

2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* –
SECADI/MEC
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO *EM E PARA OS*
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE
CULTURAL - EEDH

JOSÉ JEORGE OLIVEIRA

TRABALHANDO AS DIFERENÇAS E A INCLUSÃO DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DE SEUS DIREITOS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS.

Monografia (Relatório de pesquisa-intervenção) apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu-SECADI/MEC em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Direitos Humanos.

Orientadora: Msc. Cândida Beatriz Alves

Brasília/DF

2015

Monografia de autoria de José George Oliveira, intitulada Trabalhando as diferenças e a inclusão de adolescentes com deficiência intelectual, segundo a percepção de seus direitos sob a perspectiva dos Direitos Humanos apresentada como requisito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural - EEDH da Universidade de Brasília, aprovada pela banca examinadora abaixo assinada.

Profa. Msc. Cândida Beatriz Alves
Orientadora
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
SECADI/MEC

Prof. Dr. Glauco Vaz Feijó
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
SECADI/MEC

Brasília/DF

2015

RESUMO

OLIVEIRA, José George. **Trabalhando as diferenças e a inclusão de adolescentes com deficiência intelectual, segundo a percepção de seus direitos sob a perspectiva dos Direitos Humanos**. 26p. Monografia (Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural). Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Segregados com a tutela do Estado, as pessoas com deficiência, em especial as crianças e adolescentes, foram submetidas a um processo institucionalizado de exclusão por muitos anos. Em uma tentativa frustrada do poder público de democratizar o acesso aos sistemas de ensino a essas pessoas, foram criadas as Escolas de Ensino Especial, que só fortaleceu a discriminação e segregação. O trabalho teve por objetivo analisar os direitos básicos na perspectiva dos Direitos Humanos, segundo a percepção de crianças e adolescentes com deficiência. Trata-se de uma pesquisa intervenção com abordagem qualitativa, tendo como instrumento a realização de oficina temática. Os participantes são 09 estudantes com deficiência intelectual da instituição de ensino pesquisada, de ambos os sexos, com idade de 14 a 21 anos. Todos os estudantes possuem o diagnóstico de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Os resultados evidenciam que os participantes são capazes de defender seus direitos, porém é necessário que seja disponibilizado espaço de escuta e fala, reconhecê-los como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Inclusão, Direitos Humanos, Transtorno Global do Desenvolvimento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
JUSTIFICATIVA	08
OBJETIVOS	
Objetivo Geral	08
Objetivos Específicos	08
REFERENCIAL TEORICO	09
Deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva x Educação Especial	11
Os Direitos Humanos na perspectiva da Inclusão	12
DELINEAMENTO METODOLÓGICO	13
Participantes	14
Da Instituição	15
INTERVENÇÃO	16
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA INTERVENÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23
APENDICE	25
ANEXO	26

INTRODUÇÃO

Chanceladas pelo Estado as escolas de ensino especial serviram de mecanismo de segregação e discriminação, como modelo de uma política inclusiva. Mas essa ação só serviu para fomentar e fortalecer um sistema excludente que atuava de modo a cercear os direitos das crianças com deficiência (SILVA e SILVA, 2012).

A política de inclusão vigente no Brasil é resultado da articulação da sociedade organizada, tais como movimentos em defesa dos direitos humanos e em defesa da educação, que visa que toda criança tem estabelecido em seus direitos o acesso à escola. Para ser acessado, esse direito depende, entre outros aspectos, da articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, além da destinação de recursos humanos e materiais e formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino (BRIANT e OLIVER, 2012). Nessa perspectiva, a política de inclusão vem como instrumento fomentador desse processo.

Diante desse contexto, busca-se com esse trabalho compreender a percepção que as crianças e adolescentes possuem acerca dos direitos que lhes são assegurados, diante das limitações impostas às pessoas com deficiência, e desenvolver recursos de sensibilização capazes de despertar na comunidade escolar solidariedade e respeito.

Esse trabalho se utilizará da metodologia de pesquisa-ação com abordagem qualitativa para o alcance dos seus objetivos, será realizada em uma instituição de ensino da cidade de Ceilândia - DF com estudantes, visando alcançar professores e comunidade escolar.

JUSTIFICATIVA

Esse trabalho se justifica, pois visa contribuir no processo inclusivo de crianças e adolescentes com deficiência, buscando compreender e identificar a percepção destes acerca de seus direitos com foco nas dificuldades enfrentadas no cotidiano, sejam elas no, no processo de ensino-aprendizagem ou no manejo dos relacionamentos. Busca também sensibilizar a comunidade escolar no reconhecimento das potencialidades dessas crianças e adolescentes no acolhimento as diferenças, de modo que os alunos com deficiência consigam desenvolver-se em condições de igualdade. Desse modo o presente estudo poderá ser utilizado como instrumento de inclusão, respeito e tolerância, conforme preceitua Demo, (2007, p. 545).

“A escola precisa respeitar e fomentar o direito de aprender da criança, para que esta possa preparar-se para o mundo real no qual vai viver quando adulta, buscando integrá-la de modo a ser reconhecida em sua integralidade potencialidades, respeitando seus limites e seu processo de aprendizagem”.

Dessa forma, esse estudo está estruturado de maneira a compreender essas relações e dificuldades enfrentadas nesse processo inclusivo, de modo a contribuir na perspectiva da educação inclusiva.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar os direitos básicos na perspectiva dos Direitos Humanos, segundo a percepção de crianças e adolescentes com deficiência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar, através da realização de oficina temática, o nível de conhecimento que crianças e adolescentes com deficiência possuem acerca de seus direitos.

Planejar e produzir cartazes de promoção e inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visando reconhecer seu potencial.

Analisar o envolvimento das crianças e adolescentes com deficiência nas atividades propostas pela instituição e suas relações com a comunidade escolar.

Promover e disseminar a cultura do respeito e da tolerância no ambiente escolar.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Durante anos a deficiência foi motivo de exclusão e segregação, com as mais variadas justificativas que vão de castigos por deuses a incapacidade para se relacionarem socialmente. No contexto escolar, esses mecanismos se sustentam no binômio inclusão/exclusão, de modo que a escola continua a separar e excluir aqueles que não atendem aos padrões de normalidade (BRAGAL e LIMA, 2006).

Diversos foram os documentos editados ao longo dos anos, dando corpo ao arcabouço jurídico na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Resultado de eventos e acordos internacionais que pressionaram o Estado a trabalhar para uma política pública com foco nas pessoas com deficiência (UNESCO, 1994).

No Brasil, somente em 1961 é que o Estado volta seus olhares para os estudantes com necessidades educacionais especiais, com alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para instituir atendimento diferenciado aos alunos com deficiência física, mental e aos que apresentam atraso em relação a idade e o ano e para os superdotados, contudo essa ação foi ineficaz, pois acabou por reforçar o modelo segregacionista, uma vez que o sistema não tinha condições de atender as demandas apresentadas (BRASIL, 2007).

Em 1990 é realizada Conferência de Jomtien com a elaboração do documento Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que estabelece metas e ações para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, o documento estabelecer a necessidade de promover a equidade nos processos educacionais, assim como a necessidade de garantir que nenhuma criança sofra qualquer tipo de discriminação ou dificuldade de acesso aos sistemas educacionais (UNESCO, 1990).

O grande marco nessa luta foi à promulgação da Constituição Federal em 1988, que traz como garantia em seus artigos 205 e 206 a educação como direito universal para o desenvolvimento pleno da pessoa, tendo como princípio “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”.

A Declaração de Salamanca em 1994 é um evento importante na reformulação das políticas públicas da educação inclusiva, pois reafirmam a Educação como um direito de todos e a necessidade de o Estado assegurar o

acesso ao ensino para as pessoas com deficiência como parte integrada ao sistema de educacional (UNESCO, 1994).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) fortalecem a necessidade de que a Educação Especial seja oferecida na rede regular de ensino e a confirmam como uma modalidade de educação escolar, que perpassa todos os níveis da educação.

Em 2001, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 2 institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, p.01). No ano de 2002, a Lei nº 10.436/02 reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em 2006 o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos documento, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, estabelece entre as metas a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas (BRASIL, 2003).

Nos anos de 2007 e 2008, temos a elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, no âmbito da Educação Inclusiva, trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais. O documento aborda, ainda, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos. Em 2012, a Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, visando assegurar os direitos e garantias inerentes a esse grupo de pessoas (BRASIL, 2007).

Em junho de 2015, é instituída a Lei nº 13.146, conhecida como, Estatuto da Pessoa com Deficiência, ratifica tratados e convenções quanto a promover condições de igualdade, garantia de direitos e acesso, com objetivo de promover a inclusão e assegurar a cidadania. No que se refere à escolarização e educação, o

Estatuto atribui ao poder público a função de assegurar o sistema inclusivo em todos os níveis e modalidades. Para as instituições particulares, estabelece a proibição de cobrança adicional por qualquer ação praticada, visando atender às demandas da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

Deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva X Educação Especial

A Educação inclusiva busca compreender o estudante em sua singularidade e especificidades, neste sentido, visa através de recursos metodológicos e adaptações da estrutura inserir a pessoa com deficiência em um espaço educacional que estimule o seu desenvolvimento, o tornando capaz de desenvolver seu potencial, de se relacionar socialmente sem estigmas ou estereótipos acerca da sua deficiência. É também objetivo da educação inclusiva disseminar a não discriminação, a igualdade, a tolerância e o respeito à diversidade.

Assim, a Portaria Ministerial nº 555, que estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, caracteriza que a perspectiva da inclusão trata-se de:

[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007 p. 01).

Conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, trata-se de um amplo movimento, que envolve a sociedade organizada e defensores da causa, constitui-se ainda em uma ação que envolve fatores sociais, culturais, pedagógica e política que tem por premissa a concepção dos direitos no binômio igualdade e diferença, como valores inseparáveis (BRASIL, 2007)

A grande diferença da educação inclusiva para a educação especial está centrada na percepção de como o estudante é visto. Na primeira, reconhece-se o estudante em sua integralidade e busca-se desenvolver suas potencialidades, já na

segunda, o ponto central está na deficiência e nos mecanismos de adequação da pessoa ao sistema educacional.

Dados do censo Escolar demonstram que o resultado da mobilização da sociedade associada aos avanços na legislação em relação à educação inclusiva tem demonstrado resultados expressivos no que tange a inclusão de estudantes com deficiência nas turmas de ensino regular (BRASIL, 2007)

Os direitos humanos na perspectiva da inclusão x integração

É na escola que as diferenças se encontram, espaço de transformação, construção, em que as crianças aprendem a lidar com o diferente. Instituição social, característica da sociedade organizada, que detém o poder de transformar as relações, construir e capacitar os sujeitos através de metodologias e recursos pedagógicos. Um espaço que busca ressignificar vivências e valores com objetivo de construir uma sociedade mais igualitária e tolerante. É também na escola que se sistematiza o conhecimento de modo a oferecer aos estudantes o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades (GARCEZ, 2011), assim como os:

[...] direitos humanos são [...] universais, naturais e ao mesmo tempo históricos. São naturais e universais porque vinculados à natureza humana, mas são históricos no sentido de que mudaram ao longo do tempo num mesmo país e o seu reconhecimento é diferente em países distintos, num mesmo tempo. Podem, igualmente, ter o seu escopo ampliado, em virtude de novas descobertas, novas conquistas, novas correntes de pensamento (SOARES, 2004 p.56).

Desse modo entende-se que a pessoa com deficiência deve ter garantido seu direito de acesso ao sistema de educação regular com garantias de acesso e adequação as necessidades, diversos autores como (BIAGGIO, 2007; SILVA, 2005; MENDES, 2006) trabalham na perspectiva da inclusão como mecanismo de fortalecimento da cidadania, identidade sociocultural da inserção nos ambientes sociais, preparação e inclusão para mercado de trabalho.

A trajetória do processo de inclusão traz em sua história marcas de lutas contra a exclusão e desqualificação da pessoa com deficiência, a chancela do Estado na segregação e retirada de direitos do sujeito com a institucionalização da educação especial, que traz como modelo a integração da pessoa com deficiência,

modelo esse, que serviu como instrumento de discriminação e redução da capacidade da pessoa de se desenvolver e relacionar socialmente.

A declaração de Salamanca (1994), a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008) e recentemente no Brasil foi promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, todos esses documentos vem consolidar a Declaração Universal dos Direitos Humanos no que tange as garantias e o reconhecimento da dignidade das pessoas com deficiência que devem ser respeitados em suas limitações e vistos como sujeito de direitos. Nesta perspectiva garantir escolas voltadas para o paradigma da inclusão em detrimento ao paradigma da integração é assegurar uma educação com base nos direitos da pessoa humana e na legislação vigente.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2007, p. 18), entende-se por integração um:

[...] processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a criança com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.

Neste sentido, o paradigma da integração trata de ações isoladas que imputa ao sujeito a necessidade de se adequar ao sistema, assim limitam o seu desenvolvimento, negam o potencial e habilidades da pessoa com deficiência, pois está fundamentado no processo de segregação e exclusão desse grupo populacional. Já na inclusão, falamos de um processo amplo que engloba a diversidade e as diferenças, trabalha na perspectiva dos direitos humanos, no o reconhecimento do ser humano capaz de se desenvolver na adversidade. Na escola o processo inclusivo busca adequar os meios, através de recursos e ou adaptações, às necessidades do aluno, de modo que o mesmo tenha condições de ampliar seu conhecimento de habilidades (BERNARDES, 2010).

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa intervenção com abordagem qualitativa, tendo como instrumento a realização de oficina temática. Baseamo-nos concepção de Sato (2008, p. 172), sobre pesquisa e intervenção:

A concepção aqui adotada é a de que a distância entre a pesquisa – atividade desenvolvida com a intenção de conhecer a realidade – e a intervenção – atividade desenvolvida com a intenção de interferir na realidade – é menor do que se pode supor.

A pesquisa intervenção tem por princípios o envolvimento com a realidade social e os cotidianos em que estão inseridos os participantes, além do compromisso ético de uma atuação visando à construção de práticas inovadoras e sustentáveis. Tem ainda como característica a de ser desencadeada pela demanda, cujo objetivo é contribuir na solução de problemas, interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa (GABRE, 2012).

A abordagem qualitativa “não busca mensurar, medir, mas sim, compreender e buscar explicações a valores e significados num meio social” (GABRE, 2012 p. 02). Assim, a escolha por essa abordagem é uma opção consciente, decorrente dos próprios objetivos da pesquisa. Conforme descreve Minayo (2010, p. 57), o método qualitativo pode ser definido como:

[...] o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Além disso, “a pesquisa, qualitativa proporciona a oportunidade de o pesquisador estar em sintonia com o ambiente a ser pesquisado, favorecendo melhores resultados” (LUDKE, 1986, p. 88).

No que tange as oficinas temáticas, possibilitam um espaço de reflexão coletiva, em que os próprios participantes são protagonistas na construção do conhecimento. Além disso, favorece o espaço de fala e escuta possibilitando estabelecer diálogos e reflexões acerca da temática selecionada para ser trabalhada com esse segmento da população (MARCONDES, 2008).

PARTICIPANTES

Os participantes são 09 estudantes com deficiência intelectual da instituição de ensino pesquisada, de ambos os sexos, com idade de 14 a 21 anos. Todos os estudantes possuem o diagnóstico de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), que englobam os diferentes transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

Os estudantes são residentes na cidade de Ceilândia, Águas Lindas e Samambaia. Possuem renda familiar de dois a quatro salários mínimos.

Dois estudantes são maiores de idade, contudo não respondem civilmente, pois são curatelados judicialmente.

Dos estudantes da turma, sete são beneficiários de programas sociais do governo e todos têm presente à figura materna, algumas exceções na presença da figura paterna.

DA INSTITUIÇÃO

A instituição de ensino compõe a estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), ligada à Diretoria de Ensino Especial e à Diretoria de Ensino de Ceilândia. É mantida com recursos públicos advindos do Plano de Descentralização de Recursos Financeiros, além de doações e verbas advindas de eventos promovidos pela comunidade escolar, está localizada na cidade de Ceilândia – DF. Trata-se de um Centro de Ensino Especial, com as modalidades de atendimento para Deficiência Intelectual, Deficiências Múltiplas, Oficinas semiprofissionalizantes, Educação Precoce, Transtorno Global do Desenvolvimento e atendimento complementar.

Os alunos matriculados na instituição são aqueles que, após avaliação e estudos de caso, não apresentaram condições, em quadro geral, a serem incluídos na rede regular de ensino, são residentes na área Norte de Ceilândia (Setor “O”, Expansão do Setor “O”, Condomínio Privê, Setor de Chácaras, Setor P e QNQ), além de Águas Lindas de Goiás.

Os alunos e suas famílias em sua maioria apresentam baixo poder aquisitivo, acadêmico, social e cultural, o que acaba por interferir no desenvolvimento pedagógico. Como agravante, a escola está localizada numa área onde o índice de criminalidade é alto, e o efetivo da Polícia Militar não consegue atender a demanda da instituição.

De acordo com seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola tem como missão oferecer atendimento especializado de modo a favorecer o pleno desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, com foco no processo inclusivo, promover acessibilidade e eliminar as barreiras para o desenvolvimento pleno do

potencial de seus estudantes. Propiciar situações que levem o aluno com necessidades especiais a ter uma visão mais ampla da sociedade, para sua efetiva participação social.

A estrutura física da instituição é composta de 05 blocos, que acomodam em sua estrutura a parte administrativa como direção, secretaria, apoio administrativo, atendimento aos pais da educação precoce, equipe de atendimento educacional especializado e orientação pedagógica. São 20 salas de aula para atendimento das demandas, laboratório de informática, Laboratório de Psicomotricidade e Educação Física, poliesportiva, auditório, arena coberta, 02 piscinas pequenas, cantina, 14 banheiros, 01 quadra, 01 refeitório, além de uma extensa área desocupada, que tem uma parte aproveitada para construção de uma horta, projeto da própria escola.

A escola possui em seu quadro de profissionais aproximadamente 35 docentes, 01 psicóloga, além de 14 profissionais, entre eles docentes, mas que estão exercendo funções administrativas ou de coordenação ou apoio pedagógico. Compõem ainda a equipe os funcionários terceirizados da segurança patrimonial, conservação e limpeza e da merenda escolar.

DA INTERVENÇÃO

Visando promover um espaço de escuta e de fala para os adolescentes com deficiência e, ainda, buscando identificar o conhecimento que esses jovens possuem acerca de seus direitos, foi realizada uma oficina temática com foco nos direitos da pessoa, os mecanismos que levam à violação e os instrumentos disponíveis para garantir a efetividade dos direitos.

A oficina foi realizada na turma de adolescentes com idade de 14 a 21 anos, participaram 09 estudantes, sendo 02 do gênero feminino e 07 do masculino. Todos os alunos possuem diagnóstico de Transtorno Global do Desenvolvimento, contudo não foi possível identificar o diagnóstico individual, por questões éticas da instituição, foi apenas relatado aqueles que possuíam maior ou menor grau de comprometimento.

A intervenção com a turma foi realizada no dia 26 de outubro do corrente ano, com duração de três (03) horas, após aprovação dos procedimentos éticos e legais na instituição cedente. Todo trabalho contou com o apoio da professora regente da

turma, que ofereceu suporte na comunicação com os estudantes. As atividades foram realizadas em 03 etapas, constituindo da observação, diálogo e elaboração de desenhos acerca do tema trabalhado. Na primeira etapa, os estudantes foram observados nos últimos 30 minutos da aula de pintura e no intervalo, que possui três momentos, a saber, o lanche, higiene oral descanso. Essa primeira etapa teve como objetivo analisar o comportamento e as relações estabelecidas pelos estudantes com os demais colegas e corpo docente.

Durante a observação na aula de pintura, percebi que os estudantes, embora com limitações, possuem habilidades e um grande potencial, que quando trabalhado e respeitado os limites, podem alcançar resultados que refletem a dedicação da equipe de profissionais que trabalham na instituição.

Cabe relatar que, no momento da observação, durante o intervalo, fui diversas vezes abordado por estudantes que se apresentavam, desejavam boas vindas, questionavam a minha presença, convites para realizar o lanche, enfim, a receptividade e acolhimento marcaram o momento. Cabe destacar que todos os estudantes presentes são independentes para atividades da vida diária, tais como alimentação, higiene pessoal, pequenas atividades domésticas entre outras atividades. Após o momento do lanche, todos os estudantes foram realizar a higiene oral e seguiram para o intervalo. No momento do intervalo, tive a oportunidade de conversar com o estudante Marcelo¹, que de imediato informou que no dia anterior havia sido seu aniversário e comemorou em um almoço na casa de uma amiga de sua mãe. Relatou também a preocupação quanto ao seu documento de identidade, pois não estava sendo aceito nos órgãos públicos, o que dificultava na visita ao seu irmão que se encontra em cumprimento de medida penal.

Na segunda etapa, buscou-se identificar a percepção destes estudantes acerca dos seus direitos e que ações e ou atitudes violam os seus direitos, além de identificar quais são os mecanismos de reclamar quando os direitos são violados.

Após as devidas apresentações, foi lançado o questionamento aos estudantes com a seguinte temática: Alguém poderia me dizer quais são os direitos que nós temos? Logo em seguida, a estudante Mariana abre o momento de diálogo com a informação de que todos têm direito a estudar, oportunidade em que expressa um desejo pessoal que é o de cursar uma faculdade de direito. Aproveitando a

¹ Todos os nomes utilizados são fictícios, visando preservar a identidade dos participantes.

oportunidade, a turma foi questionada se estabelecer metas, ter projetos para o futuro também pode ser considerado um direito. A resposta da turma foi enfática em afirmar como positivo tal questionamento e passaram a expressar os desejos quanto às profissões: André tem o desejo de tornar-se médico, Roberto, policial civil, Caio deseja ser mecânico para ajudar seu pai, Junior deseja ser bombeiro, Carlos, trabalhar com meios de comunicação e Antônio manifestou interesse pela área de saúde.

Logo em seguida, Junior diz que temos direito de ir, com o apoio da turma e da professora conseguimos concluir que se trata do direito a acessibilidade. Indagados se possuímos mais direitos, a turma cita diversos tais como: Respeito a todas as pessoas. Nesse momento, Mariana, uma das alunas mais ativas da turma, é incisiva em afirmar “todas as pessoas tem direito ao respeito, não importa a cor, a religião, todas devem ser respeitadas”. A turma cita ainda, o direito a saúde, com atendimento hospitalar eficiente, direito ao Lazer. Nesse momento, Carlos, que atualmente encontra-se em fase de adaptação de novas medicações (psicotrópicos) e manteve-se quieto grande parte do tempo, manifesta-se com a informação de que todos têm o direito a ter uma família. Informação essa que foi ratificada pelos demais estudantes da turma. Foi citado ainda o direito a uma boa alimentação e à segurança.

Destaca-se que todos os direitos citados eram acompanhados de justificativas e fatos do cotidiano na vida desses adolescentes. Roberto (por exemplo) citou que sua tia teve seus pertences levados em um assalto. Mariana relatou que sua mãe foi ao mercado e teve o dinheiro das compras roubado. Após essa etapa, o questionamento lançado é se algum estudante já presenciou alguma violação dos direitos em sua vida ou de pessoas próximas. Em um primeiro momento, a turma manifestou dificuldade de expressar com relação a essa pergunta, mas, com o auxílio da professora, logo as informações foram surgindo e concluímos que diversas foram as situações presenciadas, como a não acessibilidade para deficientes físicos ou cegos, o desrespeito à pessoa idosa, racismo, bullying, violência e desamparo.

Exemplos citados como colegas que não conseguem pegar ônibus, pelo fato de ser cadeirante e o motorista não parar quando solicitado para o embarque do

passageiro, o bullying vivenciado pelos próprios estudantes, assim como o preconceito e a discriminação sofrida foram citados.

Ainda na segunda etapa, os estudantes foram convidados a fazer um círculo no fundo da sala, pois a tarefa seria executada através da brincadeira batatinha quente. Essa consiste em que os estudantes, de posse de uma bola e cantarolando a cantiga “batatinha quente, quente, quente... queimou”, faça, com que essa passe pelas mãos de todos até que o condutor da brincadeira diga “queimou” e assim selecionar a pessoa que irá responder a pergunta.

Após a explicação, foram informados que o objetivo seria identificar os principais meios de denunciar a violação dos direitos da pessoa humana. Considerando que ainda tínhamos a terceira etapa da intervenção, ficou estabelecido que fossem feitas cinco rodadas da brincadeira. Após cada rodada, o participante indicava um espaço para denúncia, entre os citados temos o governo, a própria escola, órgãos de proteção ao consumidor (PROCON), a sociedade e a família.

A terceira etapa consistiu na elaboração de um desenho que representasse o direito que é mais importante para o estudante. Cada participante recebeu uma folha de papel ofício A4, lápis de cor, lápis e borracha.

As informações obtidas nas etapas dois e três foram associadas em um cartaz, cujo objetivo era demonstrar para a sociedade que as pessoas com deficiência são dotadas de subjetividade, atores de sua própria experiência e precisam de um espaço de escuta e fala na sociedade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

A realização desse trabalho permitiu consolidar o conhecimento agregado ao longo do curso, no desenvolvimento da intervenção e na análise da etapa de observação. Pode-se inferir que a deficiência é um obstáculo muito pequeno a ser superado pelos estudantes observados, sendo o maior problema o preconceito e as limitações que são impostas pela sociedade.

Essa análise vem corroborar o trabalho realizado por Maciel e Filho (2009 p. 234) que, em sua conclusão, reiteram o desenvolvimento e a autonomia de crianças com TGD.

Reiteramos nossa fé na capacidade da pessoa autista se desenvolver, comunicar-se e, principalmente, ser feliz, autônoma e, mesmo,

independente. A intensa participação da família e dos profissionais envolvidos, acreditando sempre que é possível superar as barreiras de comunicação, é peça-chave na educação dessas crianças. Não concordamos com prognósticos generalizadores que rotulam e condenam crianças a um futuro sombrio. Afirmar que a vida se limita a uma sentença ditada pelos genes é uma visão reducionista.

Na etapa de conhecer a percepção dos estudantes com deficiência intelectual acerca dos direitos inerentes à pessoa humana, permitindo um espaço de escuta e de falar, os resultados evidenciam, que com todos os avanços na legislação ainda vivenciamos o binômio inclusão x exclusão, pois a garantia do acesso à escola por si só não reflete no pleno exercício da cidadania, a fala dos estudantes ao denunciar a violação de seus direitos demonstram claramente que os mesmos são capazes de se reconhecer como sujeitos de direitos, contudo são violados em princípios básicos, como o respeito. Uma vez que, são limitados e excluídos do sistema e da sociedade por serem considerados como incapazes, perdendo, assim, espaço, voz e tornando-se invisíveis para a sociedade que negligencia o seu lugar como sujeitos de direitos.

Destaco a fala da estudante Mariana quando, num sobressalto e numa eloquência, afirma “todas as pessoas tem direito ao respeito, não importa a cor, a religião, todas devem ser respeitadas”. Em sua fala, Mariana denuncia a violação dos direitos que oprime, segrega e exclui.

Assim como afirma Strelhow (2012, p. 55):

É preciso mostrar os rostos das pessoas com autismo para que sejam reconhecidas. A dignidade se constitui assim de forma coletiva. A luta por dignidade não é a relação de um indivíduo apenas, mas de todas as pessoas que sofrem. É jogar luz nos porões do esquecimento, da hipocrisia e da perpetuação da exclusão para um chamado coletivo de responsabilidade. A sociedade é responsável quando há pessoas que são desrespeitadas em seus direitos humanos. O sistema econômico é responsável quando as pessoas não acessam os meios de vida digna. A política é responsável quando suas ações são ineficazes para garantir que todas as pessoas tenham vida em abundância. E nós todos somos responsáveis quando, de alguma forma, deixamos de denunciar o sofrimento das pessoas que estão em nosso meio ou debaixo do nosso nariz, sendo coniventes e agentes do sistema de invisibilização daquelas que sofrem.

Ressalto ainda as falas dos estudantes que manifestam seus desejos, sonhos ou mesmo projeções quanto à carreira profissional. É certo que muitos não terão condições de alcançar seus objetivos, contudo não podem ser cerceados de seus objetivos, mas estimulados a se desenvolverem de modo que seu potencial seja reconhecido. Conforme Coimbra, Lobo e Nascimento (2008, p. 93) sobre a ética e estética dos Direitos Humanos é “preciso garantir e afirmá-los como diferentes

modos de sensibilidade, diferentes modos de viver, existir, pensar, sentir; enfim, diferentes jeitos de estar e existir no mundo”.

O dialogo estabelecido com os estudantes permite inferir que eles possuem conhecimento de seus direitos essenciais, contudo, não são assegurados os direitos da fala e da escuta, de modo a colocá-los na condição de incapazes, desprovidos de alteridade, e renegados a voz do outro, aos desejos de seus tutores. Desse modo, promover o espaço de escuta e fala é permitir a esses estudantes o desenvolvimento de sua autonomia, e permitir que se reconheçam com sujeitos de mudança em uma sociedade excludente e silenciadora.

Nessa perspectiva, a Secretaria de Direitos Humanos alerta quanto ao processo de formação de um projeto de vida e estabelece que:

[...] considera-se fundamental o respeito à história, identidade cultural e religiosa, constituição física e biológica, e a possibilidade de construção de autonomia e pertencimento social. O projeto de vida representa o desejo da criança e do adolescente, incluindo o desejo de sua família, quando ela está presente. O educador deve, portanto, ser bastante sensível para, ao mesmo tempo, estimular, provocar e respeitar as escolhas individuais, sem que, dessa forma, esteja impondo seus desejos e expectativas (BRASIL, 2010 p.32-33).

A intervenção finalizou com a produção de um desenho que expressasse o direito mais importante para cada um dos participantes. Essa atividade vem de encontro ao pensamento de Derdyk (2003) que entende que o ato de desenhar como mecanismo inteligente e sensível de reclamar a sua autonomia e estabelecer um meio de comunicação e expressão. Ainda segundo o autor o desenho possibilita estabelecer relações entre o pensar e o fazer, atua do meio interno para o externo, como mecanismo de expressão.

Para essa atividade participaram sete dos nove participantes, do total de desenhos apresentados quatro deles traziam como temática o direito ao lazer, um deles desenhou sobre educação e segurança e dois foram considerados como abstratos. Chamou atenção a maior parte dos estudantes voltar-se para o lazer, pois durante o momento de diálogo, esse tema não foi abordado com ênfase pelos participantes, o que não possibilita fazer inferências sobre os motivos.

Ressalto a qualidade dos desenhos realizados e a capacidade dos estudantes de materialização do abstrato, ou seja, a capacidade de expressão de forma a documentar a reflexão através dos desenhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que de todos os temas abordados ao longo do curso, o módulo 04, com o tema “Tornar-se humano e os Direitos Humanos” refletiu muito na prática da intervenção. A construção da identidade individual no processo das relações, o reconhecimento da alteridade de modo a permitir o sujeito desenvolver sua autonomia, oferecendo um espaço de escuta e fala aos que se encontram excluídos da sociedade. Reconhecer o ser humano como um sujeito em construção que se relaciona com a sua cultura, com o momento histórico que vive e que luta por espaço em uma sociedade capitalista, cujo foco principal é o lucro.

A experiência do encontro com os adolescentes com deficiência intelectual, promoveu uma ressignificação de conceitos e valores acerca do ser humano. Pessoas com grande potencial que me deram uma lição de cidadania, respeito às diferenças e ao próximo. Estudantes que projetam, constroem e disseminam uma cultura de paz, tolerância e respeito. Adolescentes que conseguem reconhecer nos seus semelhantes, qualidades que grandes intelectuais não se permitem.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Adriana Oliveira. Da integração a inclusão, novo paradigma. CECIERJ, 2010. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br>>. Acesso em 16 de out. 2015.

BIAGGIO, R.A. Inclusão de crianças com deficiência cresce muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil /Ministério da Educação, São Paulo, n.44, p.19-26. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 19 nov. 2014.

BRAGAL, Adelaide Maria Melo; LIMA, Marcia Raika e Silva. Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual em escolas regulares. VI Encontro, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpi.br>>. Acesso em 16 de nov. de 2014.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira ; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim ...[et al.]. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos ; Ministério da Educação, 2003.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 set. 2001.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de Outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 14 de nov. de 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Imaginar para encontrar a realidade : reflexões e propostas para trabalho com jovens nos abrigos / [coordenação da publicação Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa] . -- 1. ed. -- São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 18, n. 1, mar. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10 Jul. 2015.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos For an ethical invention for Human Rights. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 30 out. 2015.

DEMO, Pedro. Alfabetizações: desafios da nova mídia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 543-564, dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 out. 2015.

DERDYK, Edith. Formas de Pensar o Desenho. São Paulo: Scipione, 2003

GABRE, Solange. Contribuições da pesquisa intervenção na construção de um projeto educativo no museu de arte: pensando a mediação cultural para a pequena

infância. Rio Grande do Sul : Seminário de Pesquisa da Região Sul - X ANPED SUL, 2012. Disponível em : <<http://www.portalanpedsul.com.br>>. Acesso em 25 de out. 2015.

GARCEZ, Liliane. Políticas públicas de educação na perspectiva da inclusão: uma questão de direitos humanos. Debates em Educação, Maceió, vol. 3, nº 5, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br>>. Acesso em 15 nov. 2014.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, MM., and FILHO, APG. Autismo: uma abordagem tamanho família. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp.

MARCONDES, M. E. R. Proposições metodológicas para o ensino de química: oficinas temáticas para a aprendizagem da ciência e o desenvolvimento da cidadania. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 67-77, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 02 dez. 2015.

MINAYO, M.C. de S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

SATO, L. Pesquisar e intervir: encontrando o caminho do meio. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Org.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Nau, 2008. p. 171-178.

SILVA, Michelle Mayara Praxedes; SILVA, Mariana Cesar Verçosa. Revista nova escola e a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino. XI APEND Sul, 2012. Disponível em: < <http://www.ucs.br>>. Acesso em 16 de nov. de 2014.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394, dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 02 dez. 2015.

SOARES, Maria Victoria Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, Jose Sérgio (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 56-65.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. A dignidade humana da pessoa com autismo. Revista Eletrônica Espaço Teológico. Rio Grande do Sul, vol. 6, n. 10, jul/dez, 2012, p. 44-60. Disponível em : <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleiteo>>. Acesso em 03 nov. 2015

UNESCO. Declaração de Jomtien. Conferência de mundial sobre educação para todos. Jomtien, Tailândia, 1990

UNESCO. Declaração de Salamanca. Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

APÊNDICE

Cartaz produzido com o resultado da oficina temática.

TODA PESSOA TEM DIREITOS!

Relatos dos estudantes de uma turma de
Ensino Especial

FAMILIA

ACESSIBILIDADE



SAÚDE

SEGURANÇA



RESPEITO



LAZER



EDUCAÇÃO

ANEXO



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da
Diversidade Cultural.

Brasília/DF, 16 de outubro de 2015

À Professora

Márcia Serafin Pereira

Diretora do Centro de Ensino Especial nº 02

QNO 12 - AE G CEP: 72255-207



Assunto: Autorização para realizar pesquisa intervenção

Prezada Diretora,

Vimos, através desta, solicitar autorização para que **José George de Oliveira**, CPF 903.311.761-49, aluno regularmente matriculado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em *Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural* – ofertado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC –, Matrícula 2014/0122958, possa realizar atividades de pesquisa e intervenção no Centro de Ensino Especial nº 02, para fins de elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título “Trabalhando as diferenças e a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência segundo a perspectiva dos Direitos Humanos”.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino
Coordenadora Adjunta
luciahelena.pulino@gmail.com
(61) 8123-0055

Lúcia Helena C. Z. Pulino
Matrícula 146251
Departamento
PED - IP - UnB

Instituto de Psicologia - Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Fone: 3107-6823 - e-mail. pglatoip@unb.br